

David Junior Souza Silva

Anny Leticia Duarte de Souza

Emily Patrícia dos Santos Barbosa

7º ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 7 – Ensino de Sociologia e Estudos Amazônicos

UMA ABORDAGEM DA PANDEMIA NO ENSINO DE SOCIOLOGIA NA AMAZÔNIA

Belém, Pará

2021

INTRODUÇÃO

Neste trabalho construímos uma proposta de conteúdo programático sobre a pandemia de Covid-19 na Amazônia para o Ensino de Sociologia na Educação Básica. Para construção desse conteúdo programático, nos orientamos pela pergunta: “quais são as transformações sociais que a pandemia tem causado à sociedade amazônica?”. A resposta a esta pergunta exige a reflexão sobre a estrutura social da sociedade amazônica e sobre as mudanças sociais que vêm tomando lugar no contexto da pandemia. São elas: a reorganização social e econômica da população devido às restrições de isolamento social, a inexistência de um plano nacional de enfrentamento à pandemia, com seguridade social, campanhas de comunicação e distribuição de equipamentos de proteção individual. Conceitualmente, nos baseamos nas categorias de Fato Social Total para se referir às transformações causadas pela pandemia e no conceito de necropolítica para se referir às ações e omissões estrategicamente postas pelo governo para confusão e vulnerabilização da população, resultando no genocídio corrente. Esperamos neste trabalho ter produzido uma reflexão que forneça instrumentos conceituais e heurísticos para interpretação sociológica das transformações sociais causadas pela pandemia na Amazônia.

A PANDEMIA COMO FATO SOCIAL TOTAL

O contexto pandêmico que vivemos implica diversos campos de análise da vida social. Estão postos problemas sociológicos resultantes de significativas transformações em esfera global e local. Um dos conceitos sociológicos que vale ressaltar para estas análises é o conceito de fato social, cunhado pelo francês Émile Durkheim quando na elaboração de um método objetivo de investigação da sociedade. Portanto, o fato social é objeto estudo da sociologia de acordo com o autor, e o define como “toda maneira de agir ou pensar, fixa ou não, capaz de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou ainda que, é geral na extensão de uma sociedade dada, apresentando uma existência própria independente das manifestações individuais que possa ter” (DURKHEIM, 2007, p. 13).

Considera-se que a três características do fato social – a exterioridade, a coercitividade e a generalidade – se aplicam à realidade pandêmica da sociedade amazônica, sendo a pandemia, portanto, examinada como um fato social total, visto que o fato se impôs a todos mudando suas rotinas, preocupações, maneiras de pensar e de (sobre)viver. Mendes (2020, p. 523) diz que “os dados revelam de um lado, que a pandemia é coercitiva, exterior e geral (Durkheim, 2002) para os sujeitos sociais; a sua coercitividade implica a mudança de comportamento dos sujeitos sociais para que se evite o contágio, a disseminação, a hospitalização e a morte”.

Dado o contexto atual, esta interpretação se apoia na conformação da sociedade de uma maneira geral, e principalmente do poder público com as diversas dimensões da realidade amazônica, que lida com a falta de saneamento básico em diversas áreas, deficiências no atendimento à saúde, baixa infraestrutura, e que detém maiores vulnerabilidades frente aos efeitos do coronavírus.

As mudanças sociais resultantes da pandemia se aplicam em todos os meios do convívio em sociedade, por isso é possível analisar como um fato social total, assim, é importante propor que o contexto da pandemia corrida desde março de 2020 e essas mudanças sociais sejam estudadas e analisadas cientificamente pela sociologia, devido o abalo à vida em sociedade de maneira geral, podendo ser estudada dentro de diversos eixos da sociologia, entre eles sociedade, poder, relações culturais, aspectos econômicos e políticos.

Portanto, uma análise sociológica se torna necessária para explicar os impactos sociais ocasionados pela pandemia do COVID-19, além disso, a importância da incorporação deste tema no ensino básico visa propor soluções para as problemáticas e transformações causadas, buscando incluir essa discussão no debate cotidiano.

Sendo assim, agora, o Ensino de Sociologia deve incluir a reflexão sobre a Amazônia, com sua estrutura social específica e parte importante do Brasil, compondo 50% de seu território; e sobre a pandemia, como fato social total global contemporâneo e que impõe transformações imensas sobre Brasil e Amazônia.

PERIODIZAÇÃO DA HISTÓRIA DO ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

A história do ensino de sociologia na educação básica no Brasil é cheia de idas e vindas. Nesta seção, apresentaremos uma possibilidade de interpretação e periodização desta história. O primeiro período é de 1942 até 1984, e se caracteriza pela ausência de sociologia na educação básica. Em 1984 a primeira mudança importante acontece, quando a sociologia é introduzida pela primeira vez nas escolas de ensino básico de um estado da federação, São Paulo. O período, pois, de 1984 a 1996 é o segundo momento desta história, marcado pela presença do ensino de sociologia na educação básica em um único estado da federação.

A seguinte mudança importante é em 1996, com o primeiro indicativo advindo da esfera federal de presença da Sociologia na educação básica nacionalmente, instituído na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) – este ano marca o início do terceiro período, que se estende até 2008, quando outra mudança acontece.

No ano de 2008, com a promulgação da lei federal nº 11.684/2008, há a introdução da sociologia no currículo obrigatório da educação básica. Com esta lei, instituiu-se a criação e expansão dos cursos superiores de Licenciatura em Ciências Sociais ou Sociologia que teve origem no Brasil juntamente com curso de grau bacharelado. Geralmente, um curso superior é criado para atender a demanda do mercado, mas no caso da Sociologia ou das Ciências Sociais a demanda foi criada para atender cursos que já existentes a partir de mobilizações coletivas, a fim de introduzir profissionais formados e em formação no mercado de trabalho, com o objetivo de a sociologia ser colaborativa na formação de jovens para a vida em sociedade e sua postura como cidadão. A partir da preocupação com a baixa taxa de professores licenciados, nos anos 2000 houve a criação de alguns programas para incentivar o aumento da formação de professores para atuar na área,

Nos anos 2000 alguns esforços foram realizados pelo Governo Federal a fim de ampliar o número de professores habilitados, tendo promovido três grandes programas: Programa de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (ProUni) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni). (BODART; Et al, 2019 p. 36).

Hoje, após mais de uma década da obrigatoriedade da sociologia nas instituições de ensino brasileiro, o percentual de professores habilitados para atuar na área não sofreu mudança significativa. Apesar dos incentivos para a formação de professores na área, existem fatores que contribuem para o não-aumento das taxas de licenciados, isso se relaciona com a reduzida carga-horária da disciplina nas escolas. Geralmente, por ser uma disciplina de carga-horária reduzida são ofertadas 1 aula semanal de 50 minutos para cada turma e para conseguir completar a carga-horária de trabalho que é de 20 horas semanais, o licenciado na área se submete a dar aula em escolas diferentes na tentativa de completar as horas “faltantes”, tendo sua atividade profissional e qualidade de vida prejudicada, além de que, esse número reduzido de aulas semanais dificulta a criação de vagas para professores de sociologia ingressarem por concurso público. Então,

Essa situação é reflexo de dois fenômenos correlatos: i) o reduzido número de horas-aula semanais da disciplina e; ii) o volume insuficiente de concursos públicos que exigissem a licenciatura em Ciências Sociais ou Sociologia do profissional selecionado (BODART; Et al, 2019 p. 37).

No entanto, apesar de a sociologia ter enfrentado idas e vindas desde a sua formação, com o passar dos anos vem se mostrando importante para a vida em sociedade, a lei 9394/96 estabelece que a importância do ensino médio se dá na construção da cidadania do educando, assim podemos perceber a importância do ensino de sociologia dentro das escolas, pois a mesma debate a sociedade e suas relações fazendo com que o aluno compreenda o mundo com uma visão mais crítica e consciente.

Nesta seção buscamos periodizar e interpretar a história da sociologia na educação básica no Brasil. Na seção seguinte, tematizaremos formas pelas quais o ensino de sociologia pode abordar a estrutura social da Amazônia.

SOCIEDADE AMAZÔNICA NO CONTEXTO PANDÊMICO

A sociologia como disciplina científica com objeto específico, surge dedicada à compreensão das mudanças sociais causadas com o advento da revolução industrial e com as inquietações deixadas pela revolução francesa, e principalmente pela

consolidação do capitalismo. “A sociologia, constitui em certa medida uma resposta intelectual às novas situações” (MARTINS, 2006, p. 17). Dessa forma, coube a ela debruçar-se sobre os diferentes fenômenos e processos sociais que provocam mudanças profundas na sociedade.

Hoje, podemos fazer um paralelo com a situação social instável – quiçá anômica - ocasionada pela crise do novo Coronavírus. As problemáticas vão além das questões de saúde pública, vários campos de análise também merecem atenção especial como as dimensões sociais, econômicas e psicológicas dos grupos e indivíduos frente às diversas vulnerabilidades escancaradas e mesmo criadas pela atual conjuntura.

Nomear o atual momento social que vivemos como conjuntura ou nova estrutura é sem dúvida a primeira tarefa na interpretação propriamente do fenômeno. Será uma situação de conjuntura, logo a ser superada para ‘retorno à normalidade’? Ou será uma nova estrutura social posta, ou seja, um ‘novo normal’? Se se trata de uma nova estrutura social, em termos sociológicos estas só são postas por revoluções. Será a pandemia de Covid-19 uma revolução da natureza contra a humanidade?

No Brasil, a crise na saúde se mostra com a rápida expansão da doença. De acordo com as estatísticas do painel de situação epidemiológica da COVID-19 no Brasil, já são 16.136.968 casos confirmados e 498.499 óbitos até 18 de junho de 2021. É sabido que existem muitas fragilidades no enfrentamento à doença em todo o país, sendo estas fragilidades um reflexo da instabilidade política existente. O Brasil abarcou características totalmente diferentes em relação ao resto do mundo, pois “a falta de vontade política de reagir de maneira adequada à emergência sanitária está causando a morte de milhares de brasileiros” (Biernath apud Lemos, 2021, sem paginação).

Além do descaso geral do poder público no Brasil, há a minimização de determinados grupos que necessitam ser acolhidos devido às suas especificidades. Ainda que a pandemia tenha atingido a todos, seus efeitos diferenciam-se de acordo com diversos fatores, tais como: região, situação econômica, cor, raça e etnia.

A região Amazônica, neste contexto, possui características que tornam os seus habitantes mais vulneráveis, pois há a falta histórica de infraestrutura básica em saúde, em geral e especialmente nas localidades rurais e remotas.

Um quarto da população amazônica vive em localidades rurais e territórios indígenas afastados dos centros urbanos, com índices de desenvolvimento humano entre os mais baixos do país. Em geral, o acesso aos serviços básicos acontece somente nas áreas urbanas, cuja infraestrutura é deficiente para atender as demandas dessas populações (RAMALHO et al., 2020, p. 3).

Ao comparar quilombolas e povos indígenas aos demais grupos sociais, constata-se que indígenas e quilombolas são os mais atingidos e têm mais chances de morrer.

De acordo com estudos desenvolvidos pela Coordenação dos Povos Indígenas do Brasil (Coiab) em parceria com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM), estima-se que sua taxa de mortalidade dos povos indígenas pela COVID-19 seja 150% mais alta que do resto da população brasileira (IPAM, 2020, sem paginação). De acordo com o último censo do IBGE que foi realizado em 2010, a população indígena estava reduzida a 896.917 pessoas, o que correspondeu naquele ano a 0,47% da população total do país.

Conforme levantamentos da Associação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), feitos em março de 2021, a média é de 3 mortes por dia. Ressalta-se que “segundo a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), 85% das mortes de indígenas ocorreram na Amazônia brasileira” (SCHMIDT, 2021, sem paginação). Outrossim, a Apib denuncia que os números divulgados pelo governo não correspondem com os levantamentos, havendo subnotificação em 50%. Estes números testemunham a vulnerabilidade dos povos indígenas da Amazônia em relação a pandemia.

Para comunidades quilombolas esta taxa de letalidade é pelo menos o dobro da média nacional (CARVALHO, 2020, sem paginação). Além dos dados estimados por instancias oficiais como a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq), também foi constatado um grande número de subnotificações destes grupos, ou seja, o quadro deve ser pior do que se pode supor. O coordenador nacional da Conaq afirma em entrevista:

Temos um problema devido à subnotificação. Ao não contabilizar essas pessoas, elas ficam fora da fila da vacinação, por exemplo. O número que nós estimamos de famílias quilombolas é quatro vezes maior do que o governo alega. Se seguir dessa maneira, só um quarto será vacinada (MAZZEI apud RODRIGUES, 2021, sem paginação).

Em 01 de junho de 2021, o boletim epidemiológico da Conaq contabilizava 276 quilombolas mortos pelo coronavírus. Na ausência de uma política de enfrentamento, os quilombolas acionaram o Supremo Tribunal Federal a fim de viabilizar maiores ações do governo em prol de suas comunidades. A alegação é que “a omissão do governo federal contribui para o avanço da COVID-19 em territórios quilombolas” (PEDROSA NETO, 2021). E complementa trazendo o seguinte dado:

Segundo a Conaq, a taxa de mortalidade do grupo por Covid-19 é superior à média nacional em cerca de 3%. No Norte, chega a 11,5%. Entre os estados com maior número de mortes pela doença nessa população, dois deles estão na Amazônia: o Pará, em primeiro lugar no ranking com 47 óbitos, e o Amapá, em terceiro com 25 (PEDROSA NETO, 2021, sem paginação).

Essa invisibilidade fomentada pela subnotificação atrelada ao racismo estrutural é combatida pelo movimento quilombola, por meio de monitoramento e levantamento próprio, que ocorre a partir do contato com os moradores. Diferentes entidades voltadas à proteção destes povos também se unem em prol de maiores cuidados e auxílios que não são garantidos pelo poder público.

AMAZÔNIA, PANDEMIA E MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Para além das problemáticas sociais ocasionadas pela crise na saúde, a Amazônia tem enfrentado diversos desafios no período da pandemia no que tange à sua biodiversidade e às alterações climáticas há muito constatadas. Estas três problemáticas – na saúde, na biodiversidade e no clima – constituem o que Artaxo (2020) chamou de “três crises emergentes”. As três crises mencionadas versam sobre três problemáticas atuais que estão profundamente relacionadas entre si, pois além de serem simultâneas, seus impactos também o são, impactos estes que não se dão de maneira isolada e acontecem em várias esferas como a social, política, econômica, ecossistêmica e climática.

A reflexão acerca dos seus elementos constitutivos tem se mostrado extremamente necessária para o futuro do planeta e da humanidade, visto que no momento atual este debate mostra-se especialmente singular por algumas razões.

É sabido que há uma preocupação em relação às mudanças climáticas, pois se tem observado uma constante elevação na temperatura em várias partes do planeta. De acordo com o Quinto Relatório IPCC AR5 (2014), as investigações acerca das causas do aquecimento global apontam que ele se deve à presença dos gases estufa na atmosfera, quais sejam: CO₂ (dióxido de carbono), CH₄ (metano), N₂O (óxido nitroso), O₃ (ozônio) e Halocarbonos no qual os mais conhecidos deste grupo são os CFC's (clorofluorcarbonetos). Pesquisas também atribuem grande parte da responsabilidade à ação antrópica:

A atmosfera, oceano e continentes têm aquecido, o nível do mar se elevou e a concentração de gases de efeito estufa (GEE) tem aumentado. A influência humana no aquecimento é clara e, de fato, é “altamente provável” que as ações humanas, como queima de combustível fóssil e desmatamento, sejam a causa principal do aquecimento global observado desde meados do século XX (MARENGO; SOUZA JUNIOR, 2018, p. 2).

O efeito estufa é um processo natural essencial para a manutenção da vida na terra, porém, a contar da revolução industrial, houve uma intensificação da emissão destes gases, especialmente do dióxido de carbono, por meio da indústria, do desmatamento, das queimadas e dos diversos meios de transporte (GANZALA, 2018, p. 1-2). Em consequência disso, houve o aumento da temperatura causando vários impactos ambientais graves, como o aumento do nível do mar devido ao derretimento das calotas polares, períodos de seca extrema em algumas áreas e aumento das chuvas em outras, perda da biodiversidade e proliferação de doenças.

Vale ressaltar que a Amazônia desempenha um papel importantíssimo no clima continental, por meio de evapotranspiração, transporte e reciclagem de umidade proveniente do oceano Atlântico. A floresta Amazônica também é considerada provedora e reguladora de água, sendo determinante para o ciclo hidrológico dentro e fora da região. Ainda assim, estima-se que ela já perdeu 40% a 50% de sua capacidade de bombear e reciclar água (MARENGO; SOUZA JUNIOR, 2018, p. 7).

Para compreender como chegamos até aqui, é imprescindível entender que nosso sistema econômico é baseado na exploração natural e busca exacerbada pelo lucro e que com o passar do tempo isso ensejou sérias consequências que correm o risco de ser irreversíveis. Nesse sentido, a ação antrópica é uma das principais responsáveis pelas

alterações até aqui mencionadas, que, além de prejudicar a própria dinâmica dos ecossistemas, prejudica a si mesma.

Nesse cenário, existe um conceito que ilustra essa relação do homem com a natureza no tempo, que se dá desde a revolução industrial até o presente momento: o Antropoceno. O antropoceno é um conceito que considera uma nova era geológica caracterizada pela sobreposição do homem em relação à natureza. O curso natural das coisas é determinado pelo ser humano e pela maneira como ele se utiliza dos recursos naturais provenientes do planeta terra. Dessa forma, de acordo com Freitas et al apud Vieira, Toledo e Higuchi (2018):

[...] as transformações impingidas à Amazônia, no que diz respeito ao seu patrimônio biológico, social e cultural, inserem-se no contexto do Antropoceno. Decerto, tais transformações estão associadas às investidas capitalistas, tanto para a estruturação dos empreendimentos econômicos quanto para sua reprodução.

Para exemplificar na prática, o aumento das marés pode ocasionar prejuízos através de inundações às populações que vivem nas encostas, como no caso dos ribeirinhos. As secas impossibilitam a agricultura e tornam áreas inabitáveis. Estas situações são caóticas no atual cenário pandêmico, visto a relação que estas populações mantêm com a terra. A perda da biodiversidade acarreta aniquilamento de meios de subsistência, bem como o alastramento de doenças transmitidas por espécies exóticas invasoras que migram para outros territórios devido aos impactos ambientais em seu habitat.

Quanto mais destruímos ecossistemas naturais, mais facilitamos o aparecimento de doenças, que podem se transformar em epidemias e pandemias e causar perdas para toda a sociedade. Ainda assim, continuamos testemunhando a destruição das florestas ao redor do mundo e especialmente no Brasil (GREENPEACE BRASIL, 2021, sem paginação).

Mesmo diante de tantas evidências da importância da região Amazônica tanto para o Brasil quanto para o mundo, em 2021 o Instituto de Pesquisas Espaciais registrou o maior número de queimadas desde 2007, sendo o pior índice dos últimos 14 anos (GREENPEACE BRASIL, 2021, sem paginação). Isso acarreta grande perda de biodiversidade e afeta significativamente as populações locais. Esta devastação ocorre principalmente em consequência de crimes ambientais e invasões às terras indígenas. Afirma Green Peace Brasil apud Batista (2021, sem paginação) que “tudo isso evidencia, cada vez mais, a crise climática e como o avanço deste cenário impacta de

maneira desigual a sociedade, em especial as populações mais vulneráveis dos grandes centros e da Amazônia”.

Considerando que as três crises estão relacionadas, a crise na saúde, ocasionada pela pandemia do CoronaVírus desde 2020, se mostra como um resultado das anteriores, visto que, segundo estudos recentes, a deflorestação e a mudança de habitat dos animais silvestres e de espécies exóticas invasoras estão associadas ao aparecimento de doenças infecciosas que surgem em agentes patogênicos que passam dos animais para os humanos.

Segundo o biólogo Adalberto Luís Val, em entrevista para o UOL¹, o Instituto Evandro Chagas, identificou cerca de 220 tipos diferentes de vírus na Amazônia, sendo 37 com potencias de causar doenças em humanos e 15 com potencial para causar epidemias.

Tem-se, portanto, que as mudanças climáticas e a perda da biodiversidade alteram as relações entre os seres gerando um desequilíbrio socioambiental, o que pode ensejar o surgimento de doenças infecciosas. Diante deste contexto, propõe-se uma breve reflexão sobre de que maneira e com que objetivos os recursos naturais têm sido utilizados na Amazônia e quais são os impactos da sua má utilização e exploração predatória.

De acordo com pesquisadores e entidades da sociedade civil e lideranças comunitárias ou de movimentos sociais, a crise social causada pela pandemia tem favorecido o avanço de garimpeiros, madeireiras e grileiros.

Índígenas das terras Raposa Serra do Sol, em Roraima, Yanomami, entre Roraima e Amazonas, Aldeia Panorama, em Rondônia, e territórios Araweté, Apyterewa e Trancheira Bacajá, no Pará, relataram a exposição a invasores como grileiros, garimpeiros e madeireiros, que se aproveitam da crise na saúde para avançar em áreas protegidas (VICK, 2020, p. sem paginação).

E como se não bastasse a ação destes, também há o desmonte de várias políticas ambientais e o discurso negacionista por parte do próprio governo, que não reconhece a importância da Amazônia, vendo-a tão somente numa perspectiva desenvolvimentista.

É importante destacar que, enquanto uma pandemia pode durar por cerca de dois anos, o impacto das mudanças climáticas pode durar por séculos e a perda da biodiversidade pode ser para sempre.

¹ <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/reuters/2020/10/15/proxima-pandemia-desmatamento-da-amazonia-pode-desencadear-novas-doencas.htm>.

Desse modo, o enfrentamento às três crises deve se dar de maneira urgente e integrada, para que através do diálogo entre setor privado, político, acadêmico e a sociedade civil, possam-se somar esforços a fim de tornar a Amazônia um lar mais sustentável e com condições de suporte às mais diversas formas de vida. É necessário assumir o compromisso com a proteção da Amazônia, e opor-se à exploração predatória.

O Estado, enquanto representante de toda a sociedade, não existe independente desta. Em situações como a que estamos vivendo, a função do estado é resguardar a solidariedade e promover a justiça social, o que não tem ocorrido. A não garantia disto produz uma situação de anomia, desregramento social.

Ante o exposto, constatam-se as diversas temáticas que se mostram como fundamentais para a compreensão das transformações socioambientais que tem ocorrido na sociedade amazônica no contexto da pandemia. Dessa forma, propõe-se a inserção de um conteúdo programático que abarque estas temáticas no ensino de sociologia do ensino médio, visto as transformações em todas as dimensões da vida em sociedade que a pandemia ocasionou.

NECROPOLÍTICA COMO INTERPRETAÇÃO DA AÇÃO ESTATAL NA PANDEMIA

A sociedade amazônica tem passado por muitas dificuldades na pandemia do COVID-19. Muitas delas referem-se ao biopoder estatal e a uma política da morte, denominada necropolítica. Nesta crise do coronavírus, há a destruição dos alicerces da sociedade por parte do próprio Estado, e muitos têm a sua humanidade negada pelo biopoder estatal, através desta política de deixar morrer.

O biopoder é um termo originalmente utilizado pelo filósofo Michel Foucault para se referir às práticas de controle da população pelo Estado. O autor aponta que “o poder era antes de tudo, nesse tipo de sociedade, direito de apreensão das coisas, do tempo, dos corpos e, finalmente, da vida, culminava com o privilégio de se apoderar da vida para suprimi-la” (FOUCAULT, 1979, p. 129).

Já o termo necropolítica, foi cunhado pelo filósofo camaronês Achille Mbembe, para conceituar a apropriação da morte pelo Estado como um objeto de gestão.

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. [...] Exercitar a soberania é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2016, p. 123).

Na sociedade moderna capitalista, o Estado define, fazendo uso de seu biopoder, quem deve viver e quem deve morrer. É a política da morte.

Estas definições nos ajudam a refletir sobre as ações e omissões do estado na política de saúde da população amazônica no período da pandemia. Grupos sociais historicamente marginalizados sempre foram os mais afetados pela omissão estatal, o que quer dizer que no momento atual são os que mais sentem os efeitos da crise na saúde.

Nas comunidades indígenas e quilombolas, o coronavírus avançou rapidamente por falta de estratégias de prevenção e enfrentamento à doença. Estas comunidades tradicionais na Amazônia, geralmente estão localizadas em regiões rurais e remotas, carecendo, portanto de infraestrutura básica em saúde, como leitos de UTI e equipe médica especializada (RAMALHO et al., 2020). Muitos morrem sem o atendimento adequado, reforçando, portanto, a necropolítica do biopoder estatal na pandemia.

O livro “Pandemia e Território” inclui estudos e relatos dos povos tradicionais da Amazônia sobre os enfrentamentos e as perdas ocasionadas pela doença em meio ao abandono do Estado. Dedicado à memória de indígenas e quilombolas que morreram vítimas da doença, é considerado pelos povos tradicionais como um símbolo de luta e resistência. Em depoimento, Wanda Witoto (2020, p. 148), que faz parte da comunidade indígena Witoto na periferia de Manaus, diz:

O momento para mim foi muito difícil. Aqui lutamos para o reconhecimento dos povos indígenas em contexto urbano e no momento que a gente mais precisou, nós continuamos sendo negados. A gente sempre fala que já vimos vários parentes morrerem, vários povos foram dizimados, mas o que nos machuca mesmo, por mais que esse vírus seja tão cruel, é a negação que o Estado tem conosco. As perdas dos nossos parentes nos doem, nos doem muito, mas essa morte com nossa identidade negada, ela nos fere muito mais profundamente.

Este é apenas um dos tristes depoimentos que representam muito bem a realidade de muitas comunidades da região amazônica. Infelizmente, nos deparamos

com uma verdadeira política de genocídio. As omissões do Estado junto à ausência de políticas públicas mais efetivas têm agravado a situação destes povos ameaçando a sua existência e corroborando mais ainda com uma realidade de necropolítica por parte do biopoder estatal.

Acevedo, Aleixo e Wagner (2020, p. 35) também asseveram que:

Esse vírus, entretanto, não é produto da imaginação literária, nem tão pouco ficcional; é bem concreto, avança ligeiro e provoca medos, temores, apreensões e um número cada vez maior de vítimas fatais, sobretudo entre indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros povos e comunidades tradicionais. Os registros veiculados pela imprensa periódica assinalam que o grau de infecção nas aldeias e povoados, nos bairros pobres e favelas arremete tragicamente.

A partir de toda a situação exposta, entende-se que pandemias como a que vivemos de coronavírus não atingem a sociedade de igual maneira, e que seus efeitos colaterais vão além das propriedades biológicas. Seus impactos variam de acordo com a posição de cada povo e região na estrutura social. Sendo assim, cabe à sociologia, em diálogo com as outras ciências, explicar e propor soluções a estes fatores diferenciadores e à política tentar sanar as problemáticas existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao revisitar a história do ensino da sociologia no Brasil, percebemos o quanto ela está atrelada às transformações sociais e seu respectivo momento político, pois:

[...] em determinado período, a Sociologia foi elevada ao status de a ciência que “salvaria a pátria”; em outro, tornou-se “perigosa” para esta. Ora a disciplina ocupou lugar de destaque dentre as ciências e no rol das disciplinas escolares, ora foi rebaixada à apenas mais um conhecimento a ser transmitido. (FREITAS; FRANÇA, 2016, p. 52).

Ao mesmo tempo, está atrelada às diferenças e peculiaridades regionais.

Enquanto ciência que auxilia na compreensão da realidade, mostra-se como uma facilitadora de ideais democráticos e cidadania. De acordo com o momento político que estamos vivendo, é suposto que por esse motivo, houve ataques a esta ciência no sentido de retirá-la como componente curricular da educação básica. Dada a realidade posta, faz-se necessário que haja o diálogo entre a pandemia e a sociologia, para que através disto, cidadãos cada vez mais conscientes se posicionem em prol de seus direitos e se emancipem criticamente.

Sendo assim, enquanto problema, propõe-se que a pandemia deve tornar-se objeto de estudo, pois, entende-se que é necessário falar disso para além das redes sociais ou jornalísticas. Como os últimos acontecimentos têm ensejado grandes transformações sociais, faz-se necessário que a sociologia entre em ação, visto que foi assim que ela surgiu, e é para isso que ela existe. Mas a proposta é que os debates ultrapassem os limites do debate acadêmico. Sugere-se então a inserção dessa temática no ensino de sociologia da educação básica.

Como já foi exposto, a crise na saúde tem escancarado as vulnerabilidades das políticas sociais e de saúde, bem como a desigualdade em relação a alguns grupos, como os povos tradicionais da Amazônia, que têm a sua situação agravada devido a condições específicas de vida. Para além da crise na saúde, embora tenha assinado o Acordo de Paris, o Brasil também tem mostrado vulnerabilidades nas áreas ambiental e climática.

O negacionismo científico por parte de alguns governos a respeito destas temáticas é um problema a ser investigado igualmente. Ao negar tais crises, ao negar a pandemia e seus respectivos cuidados básicos, ele promove a insegurança, a desordem, e o caos. É uma verdadeira ingerência e desserviço à sociedade.

Partindo de uma perspectiva de uma sociologia da ação, não convém “produzir um mero conhecimento, mas extrair orientações para a ação a fim de modificar a sociedade do seu tempo para melhor” (MARTINS, 1982, p. 17). Sendo assim, analisar sociologicamente a atual conjuntura deve ir além de produções acadêmicas de ensino superior, e principalmente, deve servir de panorama para melhores perspectivas para o futuro.

Não é hora de negar realidades que estão historicamente enraizadas. É necessário romper com a manutenção da vergonhosa desigualdade social e fazer valer o que preceito constitucional da igualdade material que diz que se deve “tratar os desiguais à medida de suas desigualdades” (NERY JUNIOR, 1999, p. 42). Isto quer dizer que a promoção de políticas públicas voltadas para a reparação social dos povos tradicionais da Amazônia é imprescindível. Dessa forma, é essencial a união e o fortalecimento diante do seguinte propósito, a defesa da vida em suas mais variadas formas.

REFERÊNCIAS

ALVIM, Adriano Simioni; Et al. A importância da sociologia para o desenvolvimento do aluno no ensino médio. **Anais do Encontro Virtual de Documentação em Software Livre e Congresso Internacional de Linguagem e Tecnologia Online**. v. 7, n. 1 (2018).

AMADO, Luiz Henrique Eloy; RIBEIRO, Ana Maria Motta. Panorama e desafios dos povos indígenas no contexto de pandemia do covid-19 no Brasil. **Confluências: revista interdisciplinar de sociologia e direito**. Vol. 22, n.2, 2020. Ago./dez.2020.

ARTAXO, Paulo. As três emergências que nossa sociedade enfrenta: saúde, biodiversidade e mudanças climáticas. **Estudos Avançados**. São Paulo, 2020.

BIERNATH, André. 'Pandemia no Brasil foi diferente do resto do mundo', diz diretora de Médicos Sem Fronteiras. **BBC NEWS Brasil**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-56937229>. Acesso em: 02 jun. 2021.

BODART; Cristiano das Neves; DE AZEVEDO, Gustavo Cravo; TAVARES, Caio dos Santos. Ensino de Sociologia: processo de reintrodução no Ensino Médio brasileiro e os cursos de Ciências Sociais/Sociologia (1984-2008). **Debates em Educação** | Maceió | Vol. 12 | Nº. 27 | Maio/Ago 2020.

BODART, Cristiano das Neves; PEREIRA, Thiago Ingrassia. Breve balanço do subcampo “ensino de ciências sociais” no Brasil e o papel da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais – ABECS. **Cadernos da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais** | Vol.1, nº.1 | p. 01-10 | Jan./Jun. 2017.

BODART; Cristiano das Neves; SILVA; Roniel Sampaio. CAP 2 - Quem leciona sociologia após 10 anos de presença no ensino médio brasileiro?. **O ensino de sociologia no Brasil**, VOL.1

CARVALHO, Igor. Taxa de letalidade por coronavírus entre quilombolas é o dobro da média nacional. **Brasil de Fato**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/17/taxa-de-letalidade-por-coronavirus-entre-quilombolas-e-o-dobro-da-media-nacional>. Acesso em: 18 jun. 2021.

CLIMAINFO. Mortalidade da COVID-19 entre indígenas da Amazônia legal é 150% maior que a média nacional. Disponível em: <https://climainfo.org.br/2020/06/23/mortalidade-da-covid-19-entre-indigenas-da-amazonia-legal-e-150-maior-que-a-media-nacional/>. Acesso em 27 fev. 2021.

CORONA VÍRUS // BRASIL. **Painel corona vírus**. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em 02 jun. 2021.

DURKHEIM, Emile. **As Regras do Método Sociológico**. 3ª ed. Traduzido por Paulo Neves. São Paulo: Martin Fontes, 2007.

GREENPEACE BRASIL. Maio registra maior número de queimadas na Amazônia e Cerrado desde 2007. 2021. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/maio-registra-maior-numero-de-queimadas-na-amazonia-e-cerrado-desde-2007/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

INSTITUTO DE PESQUISA AMBIENTAL DA AMAZÔNIA. Mortalidade de indígenas por covid-19 na Amazônia é maior do que média nacional. 2020. Disponível em: <https://ipam.org.br/mortalidade-de-indigenas-por-covid-19-na-amazonia-e-maior-do-que-medias-nacional-e-regional/>. Acesso em: 18 jun. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Brasil, ago. 2012. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/noticias-censo?busca=1&id=3&idnoticia=2194&t=censo-2010-poblacao-indigena-896-9-mil-tem-305-etnias-fala-274&view=noticia>. Acesso em: 26 abr. 2021.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I. **A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FREITAS, Maria Cristina Leal de; FRANÇA, Carlos Eduardo. História da sociologia e de sua inserção no ensino médio. **Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados**. V. 3. Dourados, 2016.

FREITAS, Renan Ferreira et al. Exposição museológica “Transformações: a Amazônia e o antropoceno”. Objetos de conhecimentos e suas relações com o ensino das ciências. **Revista Exitus**. V. 10. 2020

GANZALA, Gabryelly Godois. A industrialização, impactos ambientais e a necessidade de desenvolvimento de políticas ambientais sustentáveis no século XXI. **UNINTER**, 2018.

MARTINS, Carlos Benedito. **O que é sociologia**. 64ª ed. São Paulo: editora brasiliense, 2006.

MAZZEI, Beatriz. Quilombolas apontam ao STF atraso em plano contra a pandemia . **Uol**. Disponível em: <https://www.bol.uol.com.br/noticias/2021/04/28/quilombolas-apontam-ao-stf-atraso-em-plano-contr-a-pandemia.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 31 abr. 2021.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. Artes & Ensaios. **Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**. Nº 32. Dezembro 2016 (pp. 123-151). São Paulo, 2018.

MENDES, Joel Nemoná. COVID-19, FATO SOCIAL PATOLÓGICO E HABITUS: mudanças socio comportamentais durante a pandemia. **Revista Saúde em foco**. 12ª ed. Teresina, 2020.

MARENCO, José A; SOUZA JUNIOR, Carlos. **Mudanças Climáticas: impactos e cenários para a Amazônia**. São Paulo, 2018.

MORAES, Amaury Cezar. O que temos que aprender para ensinar ciências sociais?. **Cronos**, Natal-RN, v. 8, n. 2, p. 395-402, jul./dez. 2007.

NERY JÚNIOR, Nélon. Princípios do processo civil à luz da Constituição Federal. São Paulo: **Revista dos Tribunais**, 1999.

PEDROSA NETO, Cícero. Caos na Pandemia: Quilombolas também ficarão de fora da vacinação prioritária. **Amazônia Real**. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/caos-na-pandemia-quilombolas-tambem-ficaroo-de-fora-da-vacinacao-prioritaria/>. Acesso em: 02 jun. 2021.

QUILOMBOS SEM COVID. Observatório COVID-19 nos quilombos. Disponível em: <https://quilombossemcovid19.org/>. Acesso em 02 jun. 2021

RAMALHO, Emiliano Estercei et al. Disseminação da COVID-19 em cidades e localidades rurais da Amazônia Central. **SciELO Preprints**, 2020. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/406/507>. Acesso em 18 de junho de 2021.

SCHMIDT, Steffanie. Um ano de pandemia: no Amazonas, a luta contra a negligência do Estado. **Amazônia Real**. 2021. Disponível em: <https://amazoniareal.com.br/um-ano-de-pandemia-no-amazonas-a-luta-contra-a-negligencia-do-estado/>. Acesso em: 01 jun. 2021

VICK, Mariana. Como a pandemia agrava o risco de invasões em terras indígenas. **Nexo Jornal**. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/04/18/Como-a-pandemia-agrava-o-risco-de-invas%C3%B5es-em-terras-ind%C3%ADgenas>. Acesso em: 01 jun. 2021.

WAGNER, Alfredo; ACEVEDO, Rosa; ALEIXO, Eriki. Apresentação. In: **Pandemia e territórios**. São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020, p. 35.

WANDA, Widoto. Vidas indígenas e a pandemia da Covid-19. Confira o relato da luta de @Vanda Ortega Witoto. In: WAGNER, Alfredo; ACEVEDO, Rosa; ALEIXO, Eriki. **Pandemia e territórios**. São Luís: UEMA Edições/ PNCSA, 2020.